

As autarcas portuguesas na imprensa nacional: Análise à projeção mediática de mulheres detentoras de cargo político

Portuguese local authorities in the national press: Analysis of the media projection of women holding political office

Amália Cunha Afonso

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
amaliafonso@live.com

Vasco Ribeiro

Faculdade de Letras – Universidade do Porto
vribeiro@letras.up.pt

Resumo

É indubitável que o acesso à política é um caminho difícil para as mulheres, principalmente no poder local. O presente artigo tem como objetivo de estudo, primeiro, perceber como a mulher autarca exerce as suas funções e, segundo, qual é a presença e a frequência na imprensa nacional, mais concretamente no Jornal de Notícias (JN) e no Público. Decorremos a análises quantitativas e qualitativas do produto jornalístico, como também a entrevistas de elite semi-estruturadas a mulheres detentoras de cargo político. Deste modo, conseguimos verificar com este trabalho que as mulheres têm, ao longo do tempo, ocupado uma posição mais frágil na estrutura social, tanto na dimensão pública como também na privada. É curioso, depois de alguns anos em democracia, que o número de mulheres na política seja ainda tão reduzido.

Palavras-chave: Comunicação Política; Jornalismo; Mulheres Autarcas; Paridade.

Abstract

There is no doubt that access to politics is a difficult path for them, especially in local government. The goal of this article is to (1) understand how the woman holds political office, (2) as it is mentioned in the national press, more specifically, in Jornal de Noticias and Público. And by complementing interviews with the analysis of press content, we can verify from this work that women have, over time, occupied a weaker position in the social structure, both in the public and private dimensions. It is curious, after a few years in democracy, that the number of women in politics is still so small,

Keywords: Political Communication; Journalism; Women-led councils; Parity.

1. Introdução

A mulher ainda se encontra à margem no espaço público e político, essencialmente no meio autárquico. Mesmo com pouco mais de 40 anos democráticos, a sub-representação da mulher na política ainda é uma questão a ser debatida e estudada. Nesta perspetiva assume relevo a reflexão sobre o papel das mulheres e a sua contribuição, enquanto políticas, para o objetivo da mudança, particularmente através do acesso e participação na vida política.

Desta forma, pretende-se compreender o papel da mulher na esfera política porque na realidade, os direitos de cidadania política das mulheres não assegurou a sua participação na vida política (Santos, 2010). No seguimento desta ideia, compreendemos que a estrutura deste trabalho de investigação estará completa através da contextualização da situação da mulher na política em Portugal e, por seguinte, o nosso estudo de caso, a metodologia do trabalho e, por fim, os resultados obtidos.

Comportamos a presença feminina na política em Portugal, desde o 25 de Abril de 1974 até aos dias de hoje. De seguida, especificamos como é que a Lei da Paridade permitiu espaço à mulher na política, sendo que se encontra há pouco mais de dez anos em vigor na legislação. E no último ponto, a presença das mulheres na presidência autárquica, sendo que é um espaço que tem uma parca incidência feminina.

Relativamente à metodologia utilizada ao longo deste trabalho, passa por duas fases, (1) uma análise quantitativa e qualitativa ao conteúdo jornalístico, criando tabelas para esquematizar todos os dados obtidos e (2) entrevistas de elite semi-estruturadas a seis autarcas portuguesas. Pretendemos assim, uma complementaridade na realização das duas análises com a realização das entrevistas, de forma a obter um cruzamento de dados que nos permitam atingir os objetivos a que nos propomos.

Deste modo, discorremos o resultado da análise ao Jornal de Notícias e por seguinte, ao jornal Público, num período de sete meses (outubro de 2017 a abril de 2018). Consequentemente, o resultado das entrevistas às três presidentes de câmara (a de Almada, Inês de Medeiros, a de Matosinhos, Luísa Salgueiro e a de Mirandela, Júlia Rodrigues); às duas vereadoras (uma da câmara municipal do Porto, Catarina Araújo e outra de Bragança, Fernanda Morais); e a uma presidente da junta de freguesia (neste caso à de Canidelo, Maria José Gamboa). Expondo as perguntas que foram feitas, através do guião desenvolvido e outras que acabaram por surgir como é permitida pela metodologia, comparamos e cruzamos as respostas dadas pelas mulheres políticas. Norteando todas essas temáticas tentámos desenvolver um trabalho científico que respeite os critérios que Goldenberg (2004) entende como essenciais: a) “coerência: premissas não-conflitantes”, b) “a consistência”, c) “originalidade: representando real contribuição para o conhecimento científico” e d) “objetivação: conter a subjetividade nos limites da suposta objetividade” (Goldenberg, 2004: 104).

2. A presença feminina na política em Portugal

Há menos de 50 anos, Portugal, era um país que se vergava num regime político autocrático, autoritário e ditatorial, em que a exaltação do líder, António de Oliveira Salazar, permitia as tomadas de decisão em absoluto. Caía por terra a liberdade de expressão, para dar lugar à censura e à repressão. O lugar das mulheres não passava, de todo, pela tomada de decisão ou pela liderança, mas sim,

unicamente, pelo papel de cuidadoras do lar e da família. Não tinham lugar nas relações de poder, circunscreviam-se à submissão e, não raros os casos, o limitavam o acesso livre à educação.

Quando falamos de política, ainda não podemos falar de igualdade, nem de oportunidades, nem de acessibilidade a cargos de liderança. A presença da mulher nesta esfera tem vindo a evoluir, mas ainda é reduzida. Podemos perceber que a partir dos resultados das eleições para a Assembleia Constituinte de 1975, ganhas pelo PS, são eleitas 20 mulheres para a Assembleia Constituinte, titulares de mandato como deputadas (Cabrera, 2016: 34). É neste momento de transição de regime político que as mudanças despoletam esperanças para as mulheres no espectro político.

Desta forma, o século XX é marcado por esta dura carência de Direitos Humanos e, conseqüentemente, pela limitação e proibição a nível económico, social, cultural e político da participação da mulher. O processo de emancipação das mulheres foi extremamente lento, numa sociedade marcadamente patriarcal. Na Constituição de 1933, o direito de voto nas eleições nacionais só foi atribuído a mulheres com o ensino secundário ou superior. Em 1968, nas eleições municipais, ainda votavam apenas os chefes de família, a figura legal que só seria extinta uma década mais tarde. Foi apenas com a Revolução de 1974 e a seguinte Constituição de 1976 que o direito de voto se estendeu a todos os cidadãos portugueses, em igualdade. É quase no final desse mesmo século, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, que a democracia tem lugar no nosso país e que se “reconhece que a exclusão das mulheres da política revela um carácter profundamente antidemocrático” (Cabrera, 2016: 27). É neste segmento que (re)nasce um caminho para a afirmação das mulheres a vários níveis, quer seja social, económico, cultural, como político. Como se pode constatar, a taxa de atividade quase triplicou entre 1960 e 1991, o que revela, entre outras conseqüências, que no início da década de 90 mais de um terço das mulheres portuguesas deixou de se (re)ver e de poder ser (re)visto apenas nas categorias de “dona de casa” ou de “mãe” (Viegas & Faria, 1999: 16).

Contudo, não é por falta de habilitações académicas que as mulheres não estão em cargos de liderança política, tal refere Maria Almeida (2015), no seu artigo “*Mulheres na Política Portuguesa*”:

Em todos os níveis de governo avaliados as mulheres têm níveis mais altos de habilitações académicas e apresentam classificações profissionais com maior grau de especialização, especialmente nas áreas do ensino e da gestão. Sem surpresa, são os partidos mais à esquerda que apresentam maior equidade de género (Almeida, 2015: 2).

Em Portugal, apesar da elevada participação das mulheres no mercado de trabalho e das transformações registadas nas últimas décadas, que lhes trouxeram maior autonomia, as mulheres continuam a não ter visibilidade política e a assumir duplas e triplas tarefas com o cuidado dos outros. Como verificámos no que afirma Maria Almeida (2015):

Ainda que as mulheres tenham entrado de forma maciça no mercado de trabalho na década de 1960 e tenham tido um acesso sem precedentes ao sistema educativo e à esfera pública em geral, observou-se aquilo que Viegas e Faria descrevem como “um claro fechamento dos círculos de maior concentração de autoridade e poder em relação às mulheres” (1999a, p. 41): encontramos mais mulheres na administração pública central e local mas verifica-se um afastamento relativamente ao topo das hierarquias, acontecendo o mesmo em profissões ligadas à docência e à saúde e, de forma ainda mais expressiva, em atividades claramente associadas à masculinidade (como as forças armadas, magistratura ou diplomacia)” (*Ibidem*: 60).

Sendo que os estudos demonstram que as mulheres estão, à partida, menos disponíveis para a vida política porque esta exige aptidões específicas, militância continuada nos partidos e grande disponibilidade de tempo, não sendo *family friend* (Martins, 2015: 62).

Através da literatura conseguimos perceber que a presença da mulher é realmente escassa na política e que isto se deve a vários fatores analisados, como perceberemos a seguir.

Porém, segundo Ana Vicente (2002), na sua obra “*Os Poderes das Mulheres. Os Poderes dos Homens*”, a questão da meritocracia não justifica, de alguma forma que seja a falha e/ ou falta de mulheres na política, tal se explica:

Os argumentos do mérito e da competência já não servem, porque a multidão de mulheres altamente meritórias e competentes, cujo número ultrapassará mesmo o dos homens dentro de pouco tempo, é de tal modo evidente que contrasta muitas vezes com a falta de mérito e de competência de muitos homens que se encontra no poder (Vicente, 2002: 21).

Neste acrescento, relativamente aos fatores que podem evidenciar uma falta de mulheres no espetro político, é de referir a linha de pensamento de Viegas e Faria (1999), em que afirmam:

(...) o tipo de estrutura familiar, o modo como são (ou não) repartidas as tarefas domésticas, a estrutura de classes sociais, o estatuto cívico da mulher e o homem e a sua respetiva concretização, os mapas culturais, a estrutura económica, o tipo de mercado de trabalho, as políticas sociais de apoio à família e à maternidade, etc. são fatores que, entre outros, condicionam também os modos e as hipóteses de passagem para os lugares de poder (Viegas & Faria, 1999: 16).

Na linha de pensamento dos vários autores, verifica-se que dentro do núcleo familiar tradicional, o papel da mulher como cuidadora da família, é um dos motivos mais acentuados para a falta de participação da mesma neste espetro em análise.

Porém, conseguimos verificar que não é a falta de meritocracia que não lhes permite a inclusão na política, mas sim a questão da cultura patriarcal muito intrínseca na sociedade e nas estruturas nas quais a mulher ainda é tida como o elemento cuidador no seio familiar e, por isso, em última análise acaba por não reunir as condições para exercer o seu papel ativo na atividade política. Podemos verificar através da revisão de literatura e na investigação recorrida neste trabalho que as mulheres são capazes de assumir o seu papel político com precisão e continuarem a ter o seu núcleo familiar saudável.

Pedro Nunes (2008) refere que os obstáculos que comportam para o cenário da falta de participação da mulher na política são:

(i) existência de uma cultura política discriminatória em governos e partidos políticos; (ii) escassa valorização das capacidades e oportunidades das mulheres no exercício do poder político; (iii) falta de programas que promovam a participação das mulheres; (iv) maior dedicação das mulheres aos cuidados da família (Nunes, 2008: 4).

Contudo, aquilo que se revela particularmente interessante é que quando descemos na “pirâmide” da importância política e executiva dos cargos, a participação das mulheres vai aumentando. (Lisboa &

Teixeira, 2014: 109), ou seja, estamos perante uma acessibilidade por parte das mulheres a cargos de não liderança.

3. A paridade política – A Lei que (re)considerou a participação direta da mulher no espaço político

A conquista de um regime democrático na década de 70 fez com que rápido se percebesse que não faria sentido regeremo-nos por um regime em que não se defendesse a igualdade e a liberdade e as mulheres continuassem a ser vistas como agentes da sociedade que não padeciam de direitos como cidadãs.

Através da linha de pensamento de Manuel Lisboa, Graça Fria e Ana Cerejo (2006), no seu artigo “*Participação Das Mulheres nas Elites Políticas e Económicas no Portugal Democrático*”, percebemos a tão importante mudança após tanto tempo regidos por uma ditadura:

As alterações mais significativas ocorrem no plano político. Após anos de ditadura e de uma sociedade fechada em si mesma, inicia-se a construção de instituições democráticas, eleições livres, um sistema multipartidário e liberdade de expressão e de associação. A estrutura social conhece grandes transformações, com a expansão dos estratos médios e as inevitáveis consequências ao nível das aspirações sociais e culturais e dos hábitos de consumo. Com o fim da ditadura, a cidadania conhece uma nova expressão que atravessa todos os segmentos sociais: partidos políticos, sindicatos e outras associações profissionais, bem como inúmeras formas de associativismo - segundo a idade, o sexo, o local e a região de residência, ou outro qualquer interesse social. (Lisboa& Fria&Cerejo, 2006: 168)

Em 1998, é apresentado na Assembleia da República uma Proposta de Lei conhecida como “Lei das Quotas”, na tentativa da “construção de um quadro legal e institucional igualitário” (Martins & Teixeira, 2005: 25). Contudo, mesmo que esta tentativa para promover a igualdade de oportunidades e de acesso nas listas eleitorais tivesse falhado, contribuiu para introduzir na agenda política o tema desigualdade de facto da representação política das mulheres (*Ibidem*). Mais tarde, o ano de 2006 é um marco importante, tanto para a política como para as mulheres, uma vez que foi promulgada, em Portugal, a designada “Lei da Paridade” (Lei Orgânica nº3/2006, de 21 de agosto), com o objetivo de promover uma maior igualdade no contexto político.

A lei sofreu recentemente uma alteração, em que a representação de cada um dos géneros em qualquer órgão de decisão da vida política ou pública, não deve ser inferior a 40%. Nesse sentido, as quotas devem ser encaradas como medidas compensatórias de desajuste social, por forma a alcançar, mais do que uma igualdade de oportunidades, uma igualdade de resultados (Almeida, 2015: 60). Porém, as dificuldades de mobilidade vertical das mulheres em relação aos lugares de topo ficam bem patentes quando se verifica as que conseguem ir “além da margem” tendem a ocupar, tendencialmente, lugares de apoio aos cargos de topo em áreas estratégicas de decisão e ação (Teixeira, 2014: 20).

Por último, resta-nos destacar as quotas enquanto instrumento potenciador da participação das mulheres nas instâncias de decisão política. A ausência de barreiras formais revela, dada a manutenção de um padrão de discriminação, que as barreiras de acesso colocadas às mulheres neste domínio são

latentes (Almeida, 2015. p.60). Com isto, é perceptível que a Lei da Paridade não é suficiente para a presença da mulher ser significativa, tanto na política, como nos lugares de topo da mesma. Avançaremos, de seguida, para a análise do poder autárquico que se constitui como um ponto de análise de particular singularidade, por representar uma forma de democracia mais próxima das populações.

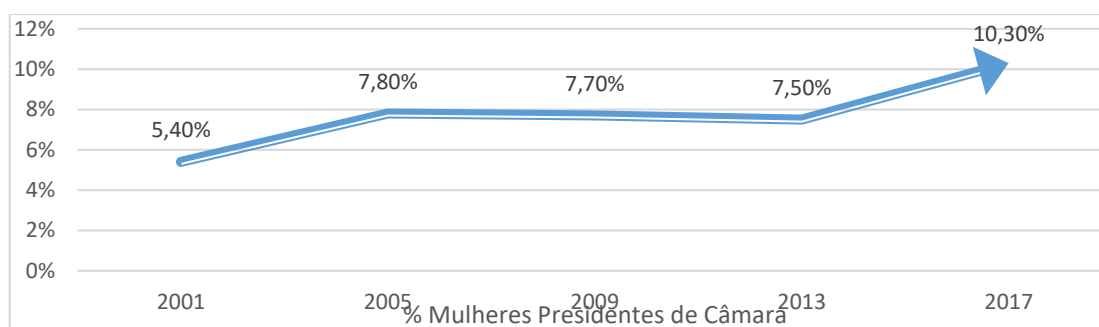
4. As mulheres nas presidências autárquicas

Na jovem democracia portuguesa, até 2013 foram eleitas 122 mulheres para liderar os municípios nacionais, tendo sido eleitos 3350 homens (Saraiva, 2014). Ana Saraiva, faz esta análise no seu trabalho de investigação, onde estuda a presença da mulher no poder local, identificando a existência de uma clara sub-representação das mulheres no panorama do poder político local. Mesmo com a Lei da Paridade em vigor, o poder local ainda não é um espaço para as mulheres, esta afirmação pode ser facilmente comprovada através de um olhar cuidadoso para o panorama das Autárquicas no país nos últimos anos. Algo que parece reforçado no estudo realizado por Helena Santos, Ana Teixeira e Ana Espírito-Santo, “*Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo – Análise Longitudinal*” (2018), pois segundo os dados desta análise, observa-se uma “clara preponderância nas eleições europeias (...) que garantem a eleição de uma maior percentagem” (*Ibid.*, p.4). Esta tendência verificou-se com a implementação da Lei da Paridade, visto que entre 2004 e 2009, a percentagem de eleitas aumentou.

Porém, eleições Legislativas e Autárquicas “revelam taxas de feminização bastante mais modestas”, mesmo que se observe um “efeito claro da implementação da Lei” (*Ibidem*). Contudo, nos cargos de “maior poder e visibilidade, como presidências de Câmara e de Juntas, a presença das mulheres é ainda mais reduzida”, o que revela uma “desigualdade de género no acesso a cargos de liderança e de tomada de decisão” (*Ibidem*)

Quanto às presidências de Câmara, a subida foi muito modesta entre 2001 e 2005, “na ordem dos 2,4%, assistindo-se, nos momentos eleitorais seguintes, a uma estagnação entre os 7.5% e 7.8%.

Imagem 1 – Percentagem de Mulheres na Presidência Autárquica (informação retirada do artigo *Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo – Análise Longitudinal*)



Não obstante, analisando as últimas Autárquicas de 2017, podemos observar que há um aumento de, aproximadamente, 2,5 pontos percentuais, sendo que em 2013 o ato eleitoral dá a presidência a 23 mulheres e nestas últimas eleições aumenta para 32 mulheres presidentes de câmara. Daí a análise quantitativa e qualitativa à imprensa nacional neste presente trabalho, complementando com os

testemunhos de seis autarcas eleitas em 2017 ser relevante para melhor compreender o porquê desta parca participação feminina na política.

Mesmo tendo em conta o aumento referido, é indubitável que o poder autárquico continua a ser dominado pelas figuras masculinas, particularmente no cargo de presidente de câmara. Sendo que estamos perante um total de 308 municípios presididos e apenas 10.30% são mulheres que os dirigem. No caso do poder local, quando se observam mais de perto os cargos de presidência de câmara, aqueles com maior notoriedade pública e influência política, verifica-se que a proporção é dramaticamente baixa (Lisboa &Teixeira, 2014: 113).

Na busca de explicações para estes factos no poder local, há vários fatores que são questionados e que condicionam a participação das mulheres na vida política, “como a assimétrica atribuição de papéis sociais de género (onde as mulheres são socializadas para a ocupação do espaço privado e os homens do espaço público)”, ou considerar:

A dimensão organizativa das autarquias: o trabalho nas autarquias locais faz-se, muitas vezes, nos tempos livres (Linsley, Marie, Martin & Stacey, 2006; Martins & Teixeira, 2005), o que resulta num condicionamento, sobretudo, para as mulheres, que continuam a desempenhar uma dupla jornada de trabalho (Santos&Teixeira&Espírito Santo, 2018: 17).

Contudo, uma das razões mais percecionadas e, que é “comum ao poder central” é a “questão da não renovação das elites”, sendo muito habitual na esfera autárquica.

5. Análise à projeção mediática de mulheres detentoras de cargo político

As 32 presidentes de Câmara eleitas nas Autárquicas de 2017, serão o foco na análise quantitativa e qualitativa do *JN* e do *Jornal O Público*, pois é relevante percebermos quais e quantas são as presidentes de câmara mencionadas. A pesquisa concentra-se no produto jornalístico d’*O Jornal de Notícias* e *Público*, analisando desde o mês de outubro de 2017 – mês das Eleições Autárquicas – até abril de 2018. São sete meses analisados, 210 jornais, ou seja, no total foram analisados 420 jornais.

Criamos tabelas para cada mês onde anotamos cada autarca que é referido(a), nos respetivos dias, a seção e que tipo de notícia se trata. Seleccionamos como notícias, breves, editoriais ou reportagem, cada peça que foi analisada. Percebemos que a análise teria a dualidade de qualitativa e de quantitativa, pois funciona como complementaridade na análise de conteúdo jornalístico, para obtenção de resultados os mais completos, fidedignos e precisos.

Centramos a análise do conteúdo jornalístico numa análise comparativa entre as peças destinadas às mulheres autarcas e aos homens autarcas, pois percebemos que através do “uso de comparações tem com objetivo uma compreensão de ordem descritiva de processos e mecanismos que se tornam objetos centrais de análise” (Espírito Santo, 2010: 58).

Depois desta perceção, a forma mais organizada e lógica de compilar toda a informação recolhida dos 420 jornais foi através de tabelas onde identificamos cada jornal e os seus elementos necessários ao estudo, tal está descrito mais abaixo, pois “a esta configuração de elementos essenciais está

subjacente e dinamismo dos processos de análise, normalmente, representada em termos de diagrama, com fluxos de interinfluências entre os diversos elementos. (*Ibidem*)

Não obstante, para complementar as entrevistas, fizemos um cuidado levantamento de todas as notícias publicadas pelo *JN* e *Público* no período de 7 meses (outubro de 2017 e abril de 2018) que abordassem os presidentes de câmara no país, que perfazem um total de 308.

É de ressaltar que foram analisadas apenas as entidades que tomam este cargo político, apesar de o grupo de entrevistadas ter cargos distintos. Identificámos o mês de outubro de 2017 como o mais pertinente, devido ao facto de ser o mês das autárquicas e ter existido uma menção mais significativa das mulheres presidentes.

De forma a facilitar sistematizar os resultados da investigação criámos uma tabela de análise para cada jornal (tal se pode consultar nos *Apêndices*) com os seguintes campos: a) identificação do jornal; b) data do jornal; c) género da peça; d) título da peça; e) secção do jornal em que se insere o conteúdo; f) autarcas referidos e a autarquia que presidem.

Na alínea a), temos as três variáveis ("*Jornal de Notícias*" e "*O Público*") que correspondem aos dois jornais analisados, na alínea b) a data que diz respeito a cada edição analisada e na alínea c) atribuímos a cada peça analisada uma classificação conforme o género (que optamos por definir assim: "notícia", "editorial", "breve" e "entrevista"). Em e) A identificação da secção onde a peça está exposta: No caso do *JN*: "Nacional", "Porto" ou "Norte-Sul". E "1ª página". N' *O Público*: "Política", "Local" ou "Sociedade". E a "1ª página". Em f) identificamos o autarca e a autarquia, como por exemplo: Inês Medeiros, Almada.

5.1. Entrevistas de elite semi-estruturadas

A realização de entrevistas às mulheres detentoras de cargos políticos teve como finalidade fulcral, criar a proximidade com as autarcas, perceber a sua opinião e a sua experiência perante o tema em questão. E verificamos que, a partilha destas mulheres detentoras de cargo político, os seus pareceres relativamente à questão em causa, tornou-se uma mais valia neste trabalho.

É de salientar, que todas as entrevistas foram realizadas nos gabinetes de trabalho na autarquia em que cada uma das seis autarcas integra, pois pretendíamos que a entrevistada se sentisse à vontade e confortável para a realização da mesma. Assim, foi desenvolvido um guião para cada um dos grupos de entrevistadas – Presidentes de Câmara, Presidentes de Junta de Freguesia e Vereadoras de C.M., como se pode encontrar nos *Apêndices* no final do presente trabalho. Foram encadeadas sete perguntas principais, sendo que o guião das "presidentes de câmara" continha uma pergunta adicional: "acha que a surpresa que houve com a sua eleição como Presidente de Câmara desta autarquia, se deveu, também, ao facto de ser uma mulher a conceber este feito?".

Isto porque, duas delas – Luísa Salgueiro e Júlia Rodrigues – são eleitas pela primeira vez nas Autárquicas 2017 como as primeiras mulheres a presidirem as respetivas autarquias. E, Inês de Medeiros - a primeira mulher de um partido que não o comunista a presidir a autarquia de Almada (Câmara sempre dirigida pelo partido PCP). Consequentemente, isto tornam-se dados de extrema relevância para o trabalho e que teriam de ser aprofundados em entrevista a cada uma delas.

6. Resultados

Na amplitude temporal elegida de 212 dias – 7 meses (out.2017 a abr.2018). Apesar de serem jornais diários, o dia de Natal (25 dez.) e o dia de Ana Novo (1 jan.) não foram publicados. O que perfaz um total de **420** edições de jornais analisadas, **210** do Jornal de Notícias e **210** do Público. Toda a informação está exposta e sintetizada nos apêndices de 10 a 23.

É importante referir que nesta análise ao produto jornalístico só ressalvamos as entidades autárquicas com cargo de presidente de câmara, pois consideremos que é o cargo máximo do poder local o nosso principal enfoque.

Recolhemos um total de **215** peças jornalísticas analisadas, em que estas entidades são referidas, sendo que **140** peças no *Jornal de Notícias* e **75** no *Jornal O Público*. Toda esta informação está contida nas Tabelas de Análise, desde o décimo ao vigésimo terceiro Apêndice.

6.1. Resultados da análise ao *Jornal de Notícias*

São estes **46** dos 308 presidentes de Câmara no país que são mencionados durante os 7 meses de análise no *Jornal de Notícias*. E, como se pode verificar, **7** são mulheres e **39** são homens.

Num universo de 140 peças jornalísticas analisadas apenas 17% são as presidentes de câmara as protagonistas em peças de carácter noticioso *Breve* e *Notícia* (predominante). É de referir que **nenhuma mulher presidente** é mencionada na *1ª página* deste jornal generalista nestes sete meses, nem mesmo no mês 1 (mês de eleições autárquicas). É de mencionar que não há em qualquer jornal analisado durante os sete meses uma entrevista a nenhuma das 32 presidentes de câmara em Portugal, quer seja das que foram eleitas pela primeira vez nas Autárquicas de 2017, quer seja das renovaram o mandato da presidência de câmara. Através desta análise percebemos que em **115** peças jornalísticas predominavam os presidentes homens das autarquias, sendo que o autarca homem mais mencionado foi Rui Moreira, **19** vezes, geralmente na *Secção Porto*.

No *Jornal de Notícias* em todos os sete meses foram mencionadas mulheres que presidem municípios, mesmo que no mês 3 é mencionada apenas Luísa Salgueiro numa única *Notícia*, tal como no mês 4 em que apenas encontramos uma *Breve* notícia intitulada “Autarca critica administração da Resíduos do Nordeste” acerca de Júlia Rodrigues.

Ao invés disso, de **25** peças jornalísticas que dão foco às mulheres autarcas, Luísa Salgueiro é *Notícia*, **9** vezes, sendo ela a autarca mais referida no período analisado (sete meses).

Só há uma notícia intitulada “*Em 309 municípios só 32 têm mulheres na presidência*” (15 outubro de 2017) em que é exposta a questão de ainda serem poucas as mulheres que presidem câmara municipais em Portugal, destacando que as mulheres refletem apenas 10.4% do total de presidentes de câmara. Nesta peça são mencionadas as presidentes de Almada (Inês de Medeiros), de Arouca (Margarida Belém) e de Mirandela (Júlia Rodrigues), não havendo menção a mais nenhuma presidente.

6.2. Resultados da análise ao *Jornal Público*

Num universo de 75 peças jornalísticas destinadas a autarcas apenas em 12% são mencionadas as mulheres autarcas maioritariamente em notícias *Breves*. Assim sendo, a presença dos homens autarcas relativamente às mulheres autarcas neste jornal é muito mais acentuada, pois são mencionados em 66 peças jornalísticas. Não é feita **nenhuma 1ª página** com as presidentes de câmara do país.

É importante referir que nenhuma das mulheres presidentes de câmara foram referidas em três meses no jornal generalista *Público* – janeiro, março e abril. Nos outros meses só Luísa Salgueiro e Inês de Medeiros têm destaque, fora no mês das eleições autárquicas que referem Alda Correia e Célia Pessegueiro e Lurdes Castanheira no mês 3.

É perceptível pelos resultados apresentados que o presidente de câmara que mais vezes é mencionado é o presidente Rui Moreira da câmara municipal do Porto. Nos 7 meses de análise, a este autarca dedicam 23 peças jornalísticas. O único autarca que integra a primeira página é o Fernando Medina, em 2 dias, um em março e outro em abril.

Neste jornal há **uma entrevista** a uma das 32 mulheres eleitas presidentes de câmara, que por acaso é a mulher autarca mais mencionada no *Público* em todos os setes meses analisados - Inês de Medeiros.

6.3. Resultados das entrevistas de elite semi-estruturadas

Luísa Salgueiro fala do episódio que chegou a ser notícia nos media (em nenhum jornal analisado, isto foi mencionado) com o eurodeputado Manuel dos Santos, em que ele a descreve como uma “cigana”. Mostra na nossa entrevista que achou profundamente “lamentável” e “desprezível” as declarações do mesmo. Sentiu que foi uma atitude preconceituosa, quer seja pela comunidade cigana, quer por ela ser mulher, pois “se fosse com homem, o Dr. Manuel dos Santos, não teria feito isso, mas achou que me ia espezinhar. Não conseguiu.”. Todas as autarcas entrevistadas consideram que ainda muito há a fazer no caminho da igualdade na política autárquica. Acreditam que futuramente se irá conseguir chegar a esse patamar de equidade, mas que ainda muito caminho tem de se percorrer. Este pensamento é unânime. Relativamente à imprensa, a resposta é conforme, pois percebemos que a maior parte destas mulheres entrevistadas não dão especial interesse ao que sai nos jornais generalistas, como é exemplo as presidentes Inês de Medeiros e Luísa Salgueiro. Pois, quando lhe é dito, em “título de curiosidade” que elas são as mulheres mais referidas na imprensa (pelo menos nos jornais analisados), elas dizem “não fazer ideia”, mas que acreditam que sim.

Todas as autarcas entrevistadas acreditam que há um escrutínio exacerbado sob as mulheres políticas, seja pela forma de vestir, pelos modos como falam. Todas as seis mulheres políticas têm algum episódio que já viveram em que a sua condição como profissional na política foi posta em causa apenas por serem mulheres.

Considerações Finais

Chegado o fim deste trabalho, podemos concluir que Portugal ainda tem um longo caminho a fazer para que se cumpra a paridade na esfera política, não só a todos os níveis de governo, mas, sobretudo, no meio autárquico. Foi neste último que consideramos estudado no presente trabalho de investigação, até porque uma das motivações para a realização deste trabalho passou pelos resultados das Autárquicas de 2017, onde apenas 32 mulheres foram eleitas presidentes de câmara.

É de salientar que dada a história política portuguesa não pode ser omitida a responsabilidade do Estado nesta matéria, uma vez que ao longo de várias décadas foi negando às mulheres o acesso a um amplo conjunto de direitos, tal como tivemos oportunidade de evidenciar na contextualização do presente trabalho.

As mulheres têm, ao longo do tempo, ocupado uma posição mais frágil na estrutura social, tanto na dimensão pública como também na privada. E, deste modo, é de especial atenção verificar de que modo estão inseridas no espectro político. É curioso, depois de alguns anos em democracia, que o número de mulheres na política seja ainda tão reduzido. Contudo, segundo a nossa análise qualitativa e quantitativa, estamos em crer que daqui a poucos anos esta situação poderá ser revertida. As novas gerações estão mais consciencializadas da mudança que o poder político precisa, tendo sido este um dos argumentos apresentados na entrevista de Luísa Salgueiro em que crê que **as mulheres jovens têm sido cada mais ativas e participativas nas questões políticas** e, por isto, confia que o “panorama vai mudar”.

Foi consensual em todas as mulheres entrevistadas que de ainda muito há para se fazer para existir uma maior participação feminina na política, e que é necessária uma conciliação de esforços públicos para promover esta participação, mas também que é obrigatório sensibilizar as mulheres para esta mesma participação.

Sabendo-se que as mulheres representam mais de metade da população do país, pareceu-nos ser de extrema importância para a compreensão da sociedade portuguesa, em geral, e da esfera de poder governativo, em particular, compreender porque é tão parca a presença das mulheres nas presidências autárquicas no país. Assim, através deste trabalho de investigação, especialmente através das entrevistas às seis mulheres autarcas, percebemos que **ainda se verifica um estereótipo que a política não é para as mulheres, pois todas as entrevistadas creem que isto se deve tanto ao regime patriarcal que Portugal viveu durante décadas**, como à falta de promoção de espaços de participação das mulheres e a uma tradição muito difícil de inverter em que só o homem é capaz de estar no topo da gestão e das tomadas de decisão. Mas, tal como nos refere Inês de Medeiros, possivelmente é devido a isto que **há poucas mulheres disponíveis para a política porque a projeção e exposição pública de alguns cargos de poder na política pode ser muito dura e extremamente violenta, pelo que muitas mulheres não estão disponíveis**. Tanto as presidentes de câmara, vereadoras e a presidente da junta, mencionam o escrutínio em relação às mulheres, especialmente para aquelas que estão em lugares de decisão, como um avassalador obstáculo ao exercício das suas funções, pois **todas já viveram uma ou outra situação que sentiram uma discriminação à sua condição de mulher com um cargo político**, como foi o caso de Luísa Salgueiro e Júlia Rodrigues em que colegas homens fizeram declarações pouco abonatórias em relação à sua imagem física ou à sua postura enquanto mulheres políticas. Temos, também, Inês de Medeiros que retrata situações consecutivas em que foi criticada pela sua profissão

de atriz anterior ao lugar de presidente da câmara de Almada, como Catarina Araújo que, quando decide abraçar um cargo político longe de casa, é-lhe colocado em causa o seu papel de mãe e esposa, até mesmo por pessoas amigas e familiares.

No final de contas, acabámos por perceber que **as mulheres detentoras de cargos políticos exercem normalmente as suas funções, conseguindo gerir de forma meticulosa toda a sua agenda política em equilíbrio com a agenda pessoal e familiar** (pois todas elas são mães e algumas delas referem que se os filhos fossem pequenos não assumiriam o cargo político que exercem de momento) e a si mesmas, admitindo que têm cargos que exigem muito, mas todas as entrevistadas referem a ajuda das próprias famílias e as equipas de profissionais com quem trabalham diariamente e que são cruciais para conseguirem ter sucesso no cargo que exercem. É neste sentido que se espera alterações significativas na estrutura social no futuro próximo, particularmente no que concerne aos campos do poder político. **As entrevistadas acreditam que as mulheres são perfeitamente capazes de serem mães, de terem a sua família bem estruturada e fazerem um trabalho de excelência nos cargos de liderança.** E mais: assumem que as mulheres acrescentam valor à política e que a diversidade é necessária no espectro político e que **a Lei da Paridade tem sido impulsionadora e uma grande ajuda na participação das mulheres na política**, que se torna importante que a legislação chegue aos 50/50.

Tendo por base a análise realizada ao produto jornalístico selecionado, um universo de 420 edições de jornais analisadas – 210 edições do *Jornal de Notícias* e outros tantos do *Público* - **verificámos uma grande discrepância entre o número de peças jornalísticas que referem os homens autarcas e as que referem as mulheres autarcas.** No jornal *Público*, num total de 75 peças jornalísticas dedicadas aos autarcas do país, **apenas 12% das peças jornalísticas são dedicadas às mulheres**, ou seja, 62 peças são dedicadas aos homens. Por sua vez, no *Jornal de Notícias*, os números revelam uma maior discrepância, num universo de 140 peças jornalísticas destinadas a autarcas, **os homens com cargos de presidência são mencionados em 115 peças e em apenas 25 peças são dedicadas às mulheres com cargos políticos.** Indubitavelmente, percebemos que duas das nossas entrevistadas foram as mais referidas na imprensa nacional (Luísa Salgueiro e Inês de Medeiros), sendo que **a autarca de Almada foi a única mulher a dar uma entrevista nos jornais analisados**, pois o cerne da entrevista foi a exceção da presidência da câmara no feminino e o facto de Inês de Medeiros pertencer a um partido (PS) que nunca esteve à frente da Câmara municipal de Almada. **Em nenhum dos sete meses que analisámos se registou uma primeira página com mulher presidente de câmara municipal**, ao invés dos presidentes de câmara - Fernando Medina (presidente da câmara municipal de Lisboa), Rui Moreira (presidente da câmara do Porto), Eduardo Rodrigues (presidente da câmara de Vila Nova de Gaia) que têm esse destaque em média duas vezes cada um.

Percebemos que a maior parte das entrevistadas consideram que a imprensa nacional precisa de dar uma maior atenção às mulheres nas páginas e secções de 'Política', bem como devia projetá-las para as suas manchetes, uma vez que é através das primeiras-páginas que se consegue uma maior e mais rápida atenção da sociedade para o papel destas protagonistas e, conseqüentemente, consegue-se um maior equilíbrio entre géneros. As entrevistas revelam, também, uma conformidade com os resultados obtidos na análise qualitativa e quantitativa ao conteúdo jornalístico, **há uma sub-representação acentuada da mulher na política em Portugal.**

E é através da análise ao produto jornalístico e das entrevistas de elite realizadas, que acreditamos que o caminho da valorização da mulher como representante política está em marcha e a dar frutos,

ainda que com reduzidos resultados. Deste modo, já se verifica, de forma geral, uma maior consciencialização social e das próprias estruturas políticas, em particular. Tal como referiu Inês de Medeiros, **a consciencialização tem que ser mais acentuada nas estruturas políticas dentro dos próprios partidos políticos, pois é aqui que se inicia este difícil e sinuoso caminho da participação feminina na política.**

Para concluir, através deste estudo de caso revelou-se que as presidentes de Câmara e de Juntas, bem como, entidades do Executivo das câmaras **estão, claramente, conscientes das desigualdades de género existentes na política e da importância de medidas promotoras da igualdade para além da Lei da Paridade**, face à qual se continuam a registar resistências.

O caminho trilha-se com a consciência de que é necessário continuar a desenvolver promoções para a integração das mulheres na carreira política, no sentido de posteriormente se verificar a presença e visibilidade da mulher nos lugares de topo do Poder Local, mas também em cargos de chefia de outras entidades públicas. Este desenvolvimento poderá, eventualmente, surgir não só com a implementação de medidas/legislação adequadas para tal, mas, sobretudo, com a disseminação de políticas educacionais que tenham na sua base a premissa da igualdade e equidade de oportunidades entre géneros. Embora já muito presentes nas sociedades contemporâneas ainda carecem de bastante cuidado e atenção para que no futuro estas e outras mulheres sejam o rosto da mudança.

Face ao exposto, podemos retirar algumas elações e recomendações para o futuro, nomeadamente no que concerne à articulação das tendências registadas nas análises ao produto jornalístico e às entrevistas realizadas: perante uma clara sub-representação da mulher na política autárquica é necessária uma contínua promoção de medidas estruturais que promovam a maior participação de mulheres na esfera política.

Como exemplos do que poderiam ser futuros estudos no âmbito desta temática, sugerimos uma análise aos *media* generalistas portugueses nas próximas Autárquicas de 2021, bem como entrevistas às futuras presidentes de câmara eleitas para perceber de que forma a presença da mulher na política se altera. E caso não se verifique um aumento significativo do número de mulheres no cargo de liderança das autarquias, poderá ser interessante abranger os homens autarcas em estudos semelhantes. Esperamos, assim, que esta reflexão se possa traduzir numa contribuição e ponto de partida para investigações futuras.

Referências Bibliográficas

- ADMINISTRAÇÃO ELEITORAL – *Lista das Eleições Autárquicas 2017*. Site. (2017). Consultado em: [<https://www.eleicoes.mai.gov.pt/autarquicas2017/>]
- ALMEIDA, M. A. P. de (2015). Mulheres na política portuguesa. In Eduarda Ferreira, Isabel Ventura, Luísa Rego, Manuela Tavares, Maria Antónia Pires de Almeida (Ed.), *Percursos feministas: desafiar os tempos*. (pp. 164-174). Lisboa: Universidade Feminista/UMAR.
- AMÂNCIO, Lígia. (1992) As Assimetrias nas Representações do Género. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº34, 1992. Consultado em: [<https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/34/Ligia%20Amancio%20%20As%20Asimetrias%20nas%20Representacoes%20do%20Genero.pdf>]
- ARAÚJO, Clara. ALVES, José. (2007). Impactos de Indicadores Sociais e do Sistema Eleitoral sobre as Chances das Mulheres nas Eleições e suas Interações com as Cotas. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, Rio de Janeiro, Vol. 50, no 3, 2007, pp. 535 a 577
- CABRERA, Ana. BAPTISTA, Carla. MATA, Maria. FLORES, Teresa. (2016). *Política no Feminino*. Lisboa: Aletheia Editores.
- COSTA, Edna. *Os Caminhos do Poder no Feminino*. 2010. Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa.
- DIAS, Nuno. (2011). *A paridade no Parlamento: Itinerário de um paradigma*.
- ESPADA, Isabel. VASCONCELLOS, Graça. COUCELLO, Ana. (2002). *Género e Comportamento Eleitoral. O Eleitorado português e a atividade política das Mulheres*.
- ESPÍRITO-SANTO, Ana Lúcia. SANTOS, Helena. TEIXEIRA, Ana. (2018). *Balanço da implementação da Lei da Paridade em diferentes níveis de governo*.
- ESPÍRITO-SANTO, Paula. (2010). *Introdução à Metodologia das Ciências Sociais. Génese, Fundamentos e Problemas*. Lisboa: Edições Sílabo.
- INGLEHART, Ronald. NORRIS, Pippa. (2003). *Gender Equality and Cultural Change around the World*. Cambridge University Press, USA.
- KROOK, Mona Lena. (2009). *Quotas for Women in Politics: Gender and Candidate Selection Reform Worldwide*. Oxford Scholarship Online.
- LIMA, Helena. (2018). O Jornal de Notícias: tradição e evolução para o modelo de imprensa popular. in *Notícias Em Portugal*. Lisboa: ICNOVA.
- LISBOA, Manuel. TEIXEIRA, Ana. (2014). *Jornadas Internacionais Falar de Mulheres, dez anos Depois*, nos dia 20 e 21 de Outubro. Conselho Nacional das Mulheres Portuguesas na Faculdade de CSH da Universidade Nova de Lisboa.

- LISBOA, Manuel. FRIAS Graça, CEREJO, Ana. PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NAS ELITES POLÍTICAS E ECONÓMICAS NO PORTUGAL DEMOCRÁTICO (25 DE ABRIL DE 1974 A 2004). *Revista da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas*, n.º 18, Lisboa, Edições Colibri, 2006, pp. 163-187.
- LOPES, F. (2007) “Homens públicos, mulheres privadas – a presença da mulher na informação televisiva”, Comunicação apresentada no IX Congresso Ibero-Americano de Comunicação, Sevilha, 14 a 18 de novembro.
- MAGALHÃES, Maria José. (2015). *Percursos Feministas: Desafiar os Tempos*. Universidade do Porto.
- MAGALHÃES, Maria José. (2007). Movimentos Feministas em Portugal, 1970-2007”, Conferência proferida no Seminário “As Faces de Eva: Perspetivas sobre a Mulher Portuguesa (908-2007)”. Vila Nova de Famalicão.
- MARTINS, Carla. (2015) *Mulheres, Liderança Política e Media*. Lisboa: Aletheia Editores.
- MENDES, Fábio. (2016). *O centro de documentação da redação do jornal Público – Edição Porto: Do físico ao digital*. Tese de Mestrado
- MONTEIRO, Rosa. (2011). A Política de Quotas em Portugal: O papel dos partidos políticos e do feminismo de Estado. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1 março.
- MONTEIRO, Rosa. FERREIRA, Virgínia. (2012). Metamorfoses das relações entre o Estado e os movimentos de mulheres em Portugal: entre a institucionalização e a autonomia. *Ex aequo*. Versão imprensa ISSN 0874-5560.
- NOLASCO, Loreci. (2010). *Mulheres na Política: Conquistas e Entraves e Conquistas*. Artigo
- OLIVEIRA, Catarina. (2018) *Mulheres em Campanha: Desconstrução de estereótipos de género no jornalismo e na política*.
- MOTA, Susana. (2015). Maria de Lourdes Pintasilgo e a Sociedade Portuguesa. *E-Revista de Estudos Interculturais do CEI – ISCAP* N.º 3, maio de 2015.
- PEÇA, Marta. (2010). *Os movimentos de mulheres em Portugal. Uma análise da noticiabilidade na imprensa portuguesa*. Tese de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- POCINHO, Margarida. (2012). *Metodologia de Investigação e Comunicação do Conhecimento Científico*. Lisboa, Lidel.
- SAMPAIO, Rosa. (2010). *Comunicação Política: Quem são e como comunicam os 18 municípios do distrito do Porto*. Doutoramento, Universidade Fernando Pessoa, Porto.
- SANTOS, Maria Helena. CERQUEIRA, Carla. CRUZ, Rui. (2017). Abrindo a Caixa de Pandora - a Participação Política das Mulheres, as Desigualdades de Género e a Ação Positiva. *Journal of Studies on Citizenship and Sustainability*.
- SARAIVA, Ana Paula. (2014). *Liderança Feminina no Poder Político Local em Portugal: Representações, Media e Visibilidade*.
- SARAIVA, Ana Paula. (2017). *As presidentes de Câmara no Poder Local em Portugal*.

- SANTOS, Helena. AMÂNCIO, Lígia. (2010). *Competência política, a desigualdade de género e as medidas de acção positiva: uma questão “natural” ou de “competência”?* Artigo [http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-20492010000100006]
- SILVA, Luísa. (2015) *As Políticas de Igualdade de Género nos Municípios Portugueses*. Dissertação de Mestrado, Universidade do Minho.
- SIMÕES, Raquel. (2017). *A perceção da população face à presença de mulheres na política*.
- QUIVY, Raymond. CAMPENHOUDT, Luc. (1995). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. 1992. Lisboa: Gradiva.
- TARRAFA, Cristiana. (2015). *A Mulher, a Política e os Media*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Coimbra.
- TEIXEIRA, Ana. (2016) *Desigualdades de género nos cargos políticos em Portugal: do poder central ao poder local*. Tese de Doutoramento.
- TEIXEIRA, Catarina. (2013). *O Impacto das Mulheres na Vida Política: a Candidatura de Maria de Lourdes Pintasilgo às Eleições Presidenciais de 1988*.
- VIEGAS, José Manuel Leite. FARIA, Sérgio. (1999). *Participação política feminina. Percursos, constrangimentos e incentivos*. Oeiras. Celta Editora.